REFLEXÃO

DOSSIÊ

Os rastros do monstruoso no sagrado

Editores
Ceci Maria Costa Baptista Mariani, Breno Martins Campos.

Conflito de interesse
Não há conflito de interesse.

Recebido
16 abr. 2025

Aprovado
16 set. 2025

"Como se faz um monstro": a tessitura do personagem Antônio Conselheiro e sua liderança em Os sertões

"How to make a monster": the Fabric of the Character Antonio Conselheiro and his Leadership in Os sertões

Pedro Lima Vasconcellos[1]

[1] Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, AL, Brasil. *E-mail*: <plvascon@uol.com.br>.

Como citar este artigo: Vasconcellos, P. L. "Como se faz um monstro": a tessitura do personagem Antonio Conselheiro e sua liderança em Os sertões. *Reflexão*, v. 50, e2515437, 2025. https://doi.org/10.24220/2447-6803v50a2025e15437

Resumo

O artigo se concentra em tópico do capítulo IV da parte II de Os sertões, intitulado "Como se faz um monstro", para identificar os caminhos pelos quais a figura de Antonio Conselheiro, líder popular do sertão brasileiro, tanto foi delineado como uma figura monstruosa, cujo afastamento da vida social se mostrava imperioso, como comparece no próprio livro de Euclides da Cunha com tintas literárias que reforçam este caráter caricaturado. Para tanto percorre as linhas gerais desta obra, procurando mostrar como a passagem em questão é decisiva para sustentar o argumento fundamental nela desenvolvido.

Palavras-chave: Antonio Conselheiro. Euclides da Cunha. Monstro. Os sertões.

Abstract

The article focuses on the topic of chapter IV of part II of Os sertões (Rebellion in Backlands), entitled 'How a monster is made', in order to identify the ways in which the figure of Antonio Conselheiro, a popular leader in the Brazilian sertão, was both delineated as a monstrous figure, whose removal from social life was imperative, as well as appearing in Euclides da Cunha's own book with literary colours that reinforce this caricatured character. To do this, he goes through the general lines of this work, trying to show how the passage in question is decisive in supporting the fundamental argument developed in it.

Keywords: *Antonio Conselheiro. Euclides da Cunha. Monster. Rebellion in Backlands.*

CC BY

Introdução

"Como se faz um monstro": assim Euclides da Cunha intitula um tópico da apresentação que faz, no capítulo 4 da Parte II de Os sertões, obra-prima da literatura brasileira publicada em 1902, de uma das lideranças religiosas populares mais expressivas de nossa história: Antonio Vicente Mendes Maciel. Justamente a partir deste momento de sua biografia – aquele em que, segundo o escritor, nele se manifestaria o monstruoso – ele tornaria conhecido como Antonio Conselheiro. No entanto a expressão soa também promissora quando tomada como veio que indica os modos pelos quais a pena euclidiana se pôs a serviço de converter o personagem em questão naquilo que atribuiu a sua trajetória. Não são poucos os apelos para alcançar este efeito junto ao público leitor, efeito esse que se prolongou ao longo de todo o século XX, avançando até os dias atuais.

Se cabe aqui "ler as culturas a partir dos monstros que elas engendram" (Cohen, 2000, p. 25), tomo Euclides como alguém que, tecendo um monstro em páginas fulcrais da obra que o fez célebre quase que da noite para o dia – obra que se impôs poderosamente à consciência nacional ao longo do século XX –, expressou por sua pena o que certos setores da sociedade brasileira tomavam como elementos que, encontrados no interior dela, demandavam urgentemente, no mínimo, isolamento, se não extirpação.

Vou a algumas das fatídicas páginas da obra. Antes, contudo, tratarei de apresentar, em linhas bem gerais, sua estrutura geral, inserindo o tópico em questão no devido contexto literário. É preciso, porém, começar com uma exposição, ainda que sumária, das circunstâncias e conjuntura que ensejaram a produção do livro. Eram tempos de guerra e extermínio, perpetrados em nome da ordem e do progresso do Brasil. Ao final, espero ter delineado algumas das estratégias adotadas pelo escritor para corroborar, em sua obra, a caracterização do Conselheiro. Elas têm papel decisivo na arquitetura da obra como um todo, sustentam-lhe a coerência, na medida em que permitem colocar o líder sertanejo feito monstro num lugar bastante específico: o de "bode expiatório", cuja eliminação permitiria a seu autor denunciar o massacre, perpetrado em 1897, de comunidade de gente pobre e desamparada, e ao mesmo tempo afirmar incisivamente a inviabilidade do projeto que esta, sob a liderança daquele "grande homem pelo avesso", levava adiante de maneira altiva, à revelia e em desafio das determinações do latifúndio e seus coronéis, bem como das autoridades eclesiásticas. Aliviaria, assim, a consciência geral da nação que, por suas camadas privilegiadas, não deixou de lhe conferir a devida retribuição, alçando a obra à condição de best-seller.

1 – A invenção e a guerra

Não posso me alongar, mas é importante apresentar, mesmo que sumariamente, alguns dados que contextualizam as ponderações que se seguem (para uma exposição bem mais alongada, remeto a Vasconcellos [2015]).

Em 1893, quatro anos após a Proclamação da República, o novo regime chegou ao sertão mostrando a que veio: manter perene a estrutura socioeconômica que advinha, em última instância, dos tempos coloniais. Para tal ele impôs determinações relativas, por exemplo, à realização de matrimônios e sepultamentos, e, isto sim, autorizou aos municípios a cobrança de tributos que incidiam diretamente sobre a população pauperizada da região. A reação a essas medidas foi sustentada por um líder popular já bastante conhecido que, ao longo de quase vinte anos de andanças, reunia as pessoas dos lugares por onde passava para a realização de práticas piedosas e obras sociais variadas. Tal resistência resultou num ataque das forças policiais da Bahia,

ocorrido em 26 de maio. Este "combate do Maceté" levou seu séquito mais próximo à decisão de suspender a vida andarilha e se estabelecer no longínquo povoado de Canudos, logo rebatizado como Belo Monte.

Rapidamente a população do local cresceu, passando de algumas centenas para alguns milhares de habitantes, o que produziu efeitos em várias direções: a) comprometeu a "normalidade" do trabalho nas fazendas da região, pois muitas pessoas preferiam deixar seu precário e duro cotidiano para viver junto ao Conselheiro, inventando um novo ordenamento social, fragilizando o poderio dos proprietários e políticos da região; b) dificultou a cobrança de tributos nas vilas e povoados circunvizinhos; c) reforçou a liderança do Conselheiro, relativizando a autoridade dos padres de modo geral.

Sob crescente hostilidade das forças articuladas dos grupos sociais dominantes, o povoado continuou a crescer, atraindo cada vez mais gente. Tentativas "pacíficas" em dissolvê-lo – afinal, era preciso inviabilizá-lo de qualquer forma – foram repelidas. E um incidente – de não pouca relevância, ao contrário do que se costuma dizer – serviu de pretexto para que fossem lançadas, entre novembro de 1896 e outubro do ano seguinte, quatro expedições armadas contra o povoado, sendo as duas últimas enviadas a mando do governo federal, envolvendo forças de quase todos os estados brasileiros.

Euclides seguiu, como repórter de um jornal paulista, O Estado de São Paulo, integrando a comitiva que acompanhava o ministro da Guerra em sua visita ao teatro das operações bélicas visando entender a demora da campanha. Finalmente, em 05 de outubro, o povoado foi arrasado, deixando um saldo de milhares de mortos e um número incalculável de gente que fugiu ou foi capturada. Para o país e a opinião pública – com raras exceções – júbilos e celebrações. E logo o tema cairia no esquecimento, não fora a publicação da obra de Euclides que, tomando por mote a campanha militar que acompanhou e o horror produzido pela carnificina imposta a um segmento da população – o mais vulnerável – do país, se lançou a um ensaio que visou oferecer uma interpretação dele, de sua formação e dos desafios que entendia serem urgentes em vistas a seu futuro.

A rigor, Euclides não é o primeiro a apelar ao campo semântico do monstruoso e ao ideário que ele evoca para caracterizar Belo Monte e seu líder. Pelo contrário, parece ter havido, naquela conjuntura, uma insistência na utilização do termo e seus imediatos derivados. Ao final da guerra, com o povoado reduzido a cinzas e seus últimos vestígios prestes a serem incendiados, a descoberta de um cadáver – apressadamente atribuído ao Conselheiro e já em avançado estado de putrefação – serviu de pretexto para que a palavra "monstro" ecoasse em várias vozes e penas. O próprio Euclides já fizera sua incursão neste campo ao asseverar, em uma das reportagens enviadas ao jornal do qual era correspondente, que a trajetória biográfica do líder revelava "a evolução espantosa de um monstro" (Cunha, 2000, p. 122)[2].

2 – O livro

As matérias jornalísticas que Euclides produziu sobre o tema ao longo de 1897 – antes mesmo de seguir para a região dos combates ele havia escrito dois artigos, nos quais comparava o povoado conselheirista à Vendeia francesa, região que concentrou grande parte da resistência aos rumos do movimento iniciado em 1789 – mostravam um escritor entusiasta do novo regime

[2] A reportagem da qual extraio esta citação, datada de 23/08/1897, é efetivamente antecipadora, em vários detalhes, do perfil que Euclides apresentará de Antonio Conselheiro em seu *opus magnum*.

político e convencido do caráter restauracionista do invento sertanejo então combatido. Daí ao livro publicado cinco anos após a campanha militar se opera um deslocamento: à afirmação da inviabilidade de tudo o que Belo Monte representava se soma outra, a de que a campanha militar que o extinguiu havia sido um crime. Nessa ambiguidade, mais aparente que efetiva, o modo como Euclides lida com as referências ao monstro/monstruoso se mostra sugestivo; aspecto que salientar aqui.

Antes, porém, destaco que a obra, que logo se tornou um marco na literatura brasileira, estrutura-se em três partes que evidenciam a perspectiva determinista. Movendo-se do geral ao particular, a narrativa como que antecipa o desfecho do argumento/enredo que nela será apresentado: a TERRA ressequida do sertão, com sua paisagem desértica e hostil, engendra o HOMEM que, ao lhe reproduzir a rudeza, quando confrontado com as estranhas e hostis forças do desenvolvimento (supostamente encarnadas na República), vai à LUTA e resiste, mas ao final sucumbe. Euclides via inevitável este desfecho; repelia, contudo, os meios pelos quais ele foi alcançado. Afinal de contas, de uma forma ou de outra, o Belo Monte não tinha – nem poderia ter – lugar num país condenado ao progresso. Vejamos como, no desenrolar do argumento, a temática do monstro/monstruoso se impõe e se desdobra.

3 – O monstro/monstruoso

3.1 – Antes do capítulo

Cada parte do livro se divide em alguns capítulos; aqui me interessa a segunda parte, *O homem*, especialmente seu capítulo IV, ponto fulcral da obra, no qual se apresenta a trajetória biográfica do personagem Antonio Maciel.

Mas, desde a apresentação da topografia, da fauna e da flora sertanejas, tudo na obra concorre para a apresentação mórbida do Conselheiro – como de alguma forma Bosi (2002) já o notara. E ao adentrar à parte II da obra, se percebe como, na apresentação da gente sertaneja e seus traços físicos, culturais, sociais, religiosos, Euclides não deixa passar ignorado um episódio obscuro, ocorrido quase sessenta anos antes, em paragem sertaneja mais ao norte. Apenas o menciono, pelo valor hermenêutico que o escritor lhe atribui para, a partir dele, arbitrariamente, mirar o povoado conselheirista: Pedra Bonita e sua "ara monstruosa", em torno da qual "comprimiam-se as mães erguendo os filhos pequeninos e lutavam, procurando-lhes a primazia do sacrifício..." (Cunha, 2001, p. 244)[3].

3.2 – Antes do tópico

Consideremos que, já nas primeiras páginas do fatídico capítulo IV de *O homem*, Antonio Conselheiro seja apresentado resvalando o campo da patologia: tratar-se-ia de um infeliz que caberia ser encaminhado a tratamento médico. No entanto, acabou por se confrontar com uma civilização (!). Seu destino mais adequado bem teria sido um hospício; por forças de circunstâncias, porém, acabou indo para a história – âmbito em que ele poderia ser avaliado mais justamente,

[3] Sobre Pedra Bonita, movimento popular de cunho sebastianista de meados do século XIX no sertão pernambucano, pouco estudado no mundo acadêmico, mas significativamente assumida na literatura e outras expressões da arte (recorde-se, por exemplo, o já clássico A pedra do reino, de Ariano Suassuna), pode-se ler o verbete preparado por Jacqueline Hermann para o Dicionário do Brasil imperial (Vainfas, 2002).

numa perspectiva de bem longa duração; afinal, "para o historiador [ele] não foi um desequilibrado" (Cunha, 2001, p. 252).

Antes de avançar, uma rápida observação. Euclides opera com dois elementos da trajetória do Conselheiro, um ligado a sua biografia e outro a seu post mortem: a) por volta de 1887 se tentou internar o Conselheiro (que a essa época passava de seus cinquenta e cinco anos) num hospital de alienados do Rio de Janeiro (então capital do império, distante cerca de dois mil quilômetros da região em que desenvolvia sua atividade como pregador ambulante), o que só não ocorreu por falta de vagas no estabelecimento; b) após sua morte, em 22 de setembro de 1897, cerca de quinze dias antes do término dos ataques maciços que levariam Belo Monte ao arrasamento completo, um crânio (atribuído a ele) foi enviado a Salvador, capital da Bahia, para ser submetido a um exame frenológico pelo então renomado Nina Rodrigues, que constatou "delírio crônico de evolução sistemática" (Rodrigues, 2006, p. 90)[4].

Mas, para Euclides, a alienação do Conselheiro não se define apenas por dados que possam ser extraídos de uma avaliação biológica. Um historiador, como já mencionei, não encontraria desequilíbrio naquele fulano que a frenologia detectaria degeneração. E, com o auxílio de um antropologista (mais do que de um médico), conseguiria até identificar "certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução" (Cunha, 2001, p. 254), onde adequadamente situar aquele líder arcaico, hoje completamente anacrônico, fazendo companhia a figuras como Montano da Frígia e lideranças heresiarcas cristãs do século II, entre outras que, aparecidas hoje, se evidenciariam "casos repugnantes de insânia"; porém, em seu tempo, "foram normais". O problema radica exatamente aí: o Conselheiro compareceu com dezessete séculos de atraso, em um tempo em que o religioso só teria lugar se traduzido naquilo que Euclides, ao se referir ao cristianismo, caracterizou como "belo ideal"; eis aonde o evolucionismo do escritor o consegue conduzir.

3.3 – O tópico

Para alguns este se constitui no ápice, senão da obra de Euclides em seu todo, ao menos do decisivo capítulo aqui em questão: o tópico "Como se faz um monstro" (Cunha, 2001, p. 266). Nele se narra como, a partir da morte simbólica que teria sido, para o futuro Conselheiro, a vergonha decorrente da fuga da esposa, "surgia na Bahia" aquele que, sem destino – porque fora de lugar e do tempo –, ingressaria na história.

É muito sugestivo considerar que a caracterização do Conselheiro como uma figura monstruosa, além de constar no título do tópico, compareça tanto no início quanto no fim do arrazoado. Dentro deste quadro se destaca sua aparência: uma "face escaveirada", envolvida em cabeleira crescida e em "barba inculta e longa", destoando de expectativas elementares quanto a asseio e "boa figura", condiz bem com o "anacoreta sombrio" que ressurge depois de anos de desaparecimento, dos quais nada se sabia, algo muito oportuno para a aura de mistério que

[4] Sobre o tema Antonio Conselheiro e Belo Monte Nina Rodrigues escreveu dois artigos, "A loucura epidêmica de Canudos" e "A loucura das multidões", posteriormente reunidos, junto a outros, num volume sugestivamente intitulado As coletividades anormais (Rodrigues, 2006); no segundo deles é reproduzido e comentado o laudo referente ao referido exame. Embora não se possa assegurar que Euclides tenha lido este último (mas de seus resultados teve conhecimento, por algum caminho), do primeiro se serviu intensamente, e não é possível dizer, como propõem algumas análises, que ele tenha escapado às toscas amarras daquilo que encontrou no texto de seu antecessor. Para uma exposição mais ampla sobre os impactos de Nina em Euclides, remeto a Vasconcellos; Vasconcellos (2023).

em seu redor se constituía e para o soturno que o caracterizaria. O testemunho de um caboclo é convenientemente entendido como reforço da anomalia que aquela persona configurava: sua errância reverberava em poucas palavras aqui e ali, alimentação quase nula, sono ao relento e penitência alongada.

A um certo momento se acentua seu enquadramento dele no terreno do patológico: trata-se de alguém de "temperamento delirante" (Cunha, 2001, p. 267), motivo que, na impossibilidade de o catapultar até dezessete séculos antes, para o colocar em companhia daqueles "doutores histéricos" com suas "exegeses hiperbólicas" (Cunha, 2001, p. 255), bem justificaria o recurso a um alienista que, como já mencionado, fora tentado. O problema é que "a sua insânia" regurgitou, ensejando mistérios em torno de sua figura que, ao final, se desdobravam em atrações de toda ordem; estas só fizeram produzir epidemias de loucura, na expressão de Nina Rodrigues. Essa loucura manifestava-se ora em sua condição de andarilho, "esquálido e macerado", ora posteriormente enquanto líder do Belo Monte. Num mundo atravessado do mágico e do miraculoso, que reforçavam a compreensão da vida no apelo ao incompreensível, esta figura oscilava, para quem o conhecia, entre o fantástico e o mal-assombrada, capaz de fazer cessarem cantorias e festas. E se constituiu liderança prestigiada; todo o impacto que sua presença produzia ao redor voltou-se a e contra ele mesmo, ensejando uma conjuntura propícia "ao germinar de seu próprio desvario", eivada de lendas e conjecturas de toda ordem a respeito dele próprio (Cunha, 2001, p. 268).

Tudo ocorreu em tal intensidade que o Conselheiro pôde contar com a complacência indulgente daquela multidão – feita de mesclas de Hércules e Quasímodo –, que não o questionava sobre nada, em nada o obrigando, sem nada exigir dele em termos de uma interrogação sobre si ou de qualquer tipo de introspecção. Pelo contrário, ela se encarregava de lhe projetar erros duas vezes milenares, que em outra passagem o escritor categorizará como próprios de um cristianismo mal compreendido.

Este último traço permite a Euclides imprimir mais uma característica que o situa fora do que se esperaria de alguém com o protagonismo que exerceu; sua insanidade o converteu em um "agente passivo". O monstruoso se patenteia aí, definitivo: o Conselheiro atuou como um "autômato", um "títere" (Cunha, 2001, p. 268). Uma sombra, síntese do inevitável "obscurantismo de três raças" – inevitável porque derivado da mestiçagem constitutiva da gente sertaneja – que se avolumou a tal ponto que escapou definitivamente ao anonimato e ingressar na história.

3.4 – Para além do tópico

Mas era o monstruoso manifestado na atividade religiosa que mais explicitava o protagonismo do Conselheiro. Euclides se desdobra em descrever as situações e cenas em que ele se manifestaria, salientando tanto o clima geral como as expressões do pregador, e ainda convocando à imaginação. O cenário geral era "assombroso", atravessado por uma "oratória bárbara e arrepiadora", porque "desconexa, abstrusa", recheada de um latinório tão retumbante quanto inconsequente. "Um bufão", que alguém poderia tomar como possuído "numa visão do Apocalipse" (Cunha, 2001, 274), conseguia o feito grandioso de "não se tornar ridículo" (Cunha, 2001, p. 275).

Esta última avaliação vale ser notada, pois o que o autor pretende, acima de tudo, é justamente mostrar como o personagem cujos contornos delineia deveria ser visto por seu público leitor, a saber, situado no âmbito do que ele mesmo qualifica como "truanesco". Seja como for, as

oportunidades em que o pregador dirigia a palavra a seu séquito, sempre sedento de absurdos fabulosos e sem sentido, eram as privilegiadas para que seu "extravagar adoidado", de coloração messiânica, o lançasse rumo "à insurreição contra a forma republicana" (Cunha, 2001, p. 277)

Uma cena como esta – a de uma multidão delirante diante de um pregador tresloucado – sintetizaria, de algum modo, as formas da sociabilidade experimentadas naquela "urbs monstruosa" que Euclides caracterizava também como a "civitas sinistra do erro" (Cunha, 2001, p. 291), cujo eixo de gravitação não poderia ser outro que a igreja nova, a segunda que o Conselheiro fez erguer no povoado. Era aquela "arx monstruosa" (Cunha, 2001, p. 306), aquele edifício que, de "monstruoso", tinha principalmente o fato de estar sendo erguido ali. Talvez tenha sido para adensar este espaço que Euclides concebeu talvez uma de suas páginas mais brilhantes, de eloquência sem par, para descrever como "explodia, desapoderadamente, o misticismo bárbaro" em sonora "neurose coletiva": a do "beija das imagens" (Cunha, 2001, p. 314).

3.5 – Síntese parcial

Antonio Conselheiro é um espécime único, que vive num tempo único ("está fora do nosso tempo") e em um lugar único (González Echevarría, 2000). Mas sua singularidade reside sobretudo em sua fala, que tem a capacidade precípua de hipnotizar as multidões. Como se viu acima, é principalmente a retórica de Conselheiro, de caráter fundamentalmente religioso, que o denuncia como monstro ("pavoroso"). Ele era portador de um "misticismo feroz e extravagante" González Echevarría (2000, p. 268), eivado de fetichismos e aberrações de toda ordem.

A caracterização que dele faz Euclides, ancorada numa psiquiatria de fundo racista e higienista (seu débito fundamental em relação a Nina Rodrigues), alia a isso descaracterizações de práticas religiosas, outras que aquelas sancionadas institucionalmente, concepções evolucionistas próprias da antropologia da época tomadas de forma tacanha, bem como uma rasa leitura que fez de um dos volumes da obra de Ernest Renan sobre os primórdios do cristianismo. Tais apropriações lhe permitiram caracterizar a extravagância da figura em questão, fazendo-o oscilar entre um "gnóstico bronco" e, sobretudo, uma revivescência de Montano, aquele líder frígio do século II, com suas profecias de sabor milenarista – o que Euclides inventa, em seus potentes desvarios literários, sem qualquer fundamento na documentação disponível[5].

Este monstro emergiu, para Euclides, "como a corporificação de um certo momento cultural – de uma época, de um sentimento e de um lugar" (Cohen, 2000, p. 26). E, como não podia deixar de ser, encarna a diferença, mas só às custas da exacerbação da dicotomia, pois ele é, afinal, um dos nossos, algo que o próprio autor acaba por reconhecer. Seja como for, com Euclides temos expostos à saciedade os materiais com que a aberração é criada – já que não é constituída ex *nihilo* – num "processo de fragmentação e recombinação" de elementos extraídos das expressões culturais – no caso a religião ocupa lugar predominante – daqueles "grupos sociais marginalizados" (Cohen, 2000, p. 39) que compõem a paisagem humana no sertão brasileiro.

[5] O apelo a um suposto "messianismo" do Conselheiro, por Euclides, resulta mais da construção desta figura monstruosa que de qualquer investigação que ele possa ter feito quanto ao teor dos anúncios proclamados pelo líder sertanejo, construção essa feita de substantivos e adjetivos tendentes ao exótico, ao desvairado, ao extremado, ao insano, como estou tratando de mostrar. Associado a outra invenção euclidiana, agora o "milenarismo" do Conselheiro, o messianismo passou a desenvolver vida própria, inserindo-se como categoria decisiva – e equivocada – para o estudo de movimentos de alternativas sociorreligiosas tidos por similares. Para uma crítica veja Vasconcellos (2014).

O destino imposto ao Belo Monte – que Euclides nunca discute, embora deplore vivamente e condene o modo pelo qual ele foi efetivado – permite bem perceber como o monstro está situado além-fronteira. Melhor destino teriam (teriam mesmo?) aqueles contingentes que dele não se aproximassem; há mais segurança na esfera do convencional e do rotineiro do que numa aventura que só ilusoriamente poderia prosperar, à margem do poder constituído, e tanto pode ocorrer que este a destitua como seus agentes se façam, também eles, monstros, ao se lançarem à eliminação dela. No Belo Monte de Euclides ocorreram os dois.

3.6 – O monstro (in)familiar

Recordemos o monstro que "mora em nosso meio", por ser "uma incorporação do Fora, do Além – de todos aqueles loci que são retoricamente colocados como distantes e distintos, mas que se originam no Dentro" (Cohen, 2000, p. 32; este último destaque é meu). É que o "dentro", em última instância, tem sua origem "de fora"...

Então vejamos. Este "heresiarca do século II em plena era moderna" que foi Antonio Conselheiro, totalmente fora de lugar e do tempo devido, é explicitamente apresentado por Euclides, como acabei de comentar, como uma "diferença feita carne", em amplíssimo exercício da "exageração da diferença cultural" (Cohen, 2000, p. 32.). Mas, se recuamos ao tempo da guerra, ao encontro do escritor na sua condição de repórter, vamos divisá-lo num movimento que deixaria ecos em sua obra maior, que cinco anos depois publicaria. Em passagem de um dos materiais enviados ao jornal para o qual trabalhava, datado de 15 de agosto de 1897, ainda antes de se deslocar para o palco dos combates, Euclides ponderava que a luta então travada no sertão baiano, ao congregar num mesmo lado os "elementos sãos da nossa terra" para destruir "o arraial sinistro de Canudos", transcendia o conjuntural. O que estava em jogo era extirpar constitutivos fundamentais da sociedade brasileira – residuais, é verdade, segundo ele, mais ainda incomodamente presentes – que teriam no povoado belomontense sua expressão capital. Entre eles se encontrava, junto a um entendimento tacanho da pátria, feita de uma população de que mal se consegue esboçar os contornos, "a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas" (Cunha, 2000, p. 91).

Belo Monte, sempre referido como Canudos, explicita aquilo que deveria ficar oculto e ignorado, mas vem à tona (Freud, 2020; fazendo alusão a Schelling); com isso, evidencia seu poder e, por isso, urge ser destruído; assusta e mesmo apavora de tão familiar que é. Se isso vale para o povoado, com mais razão valerá para seu líder, em cujo "misticismo doentio" se reuniam "todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade" (Cunha 2001, p. 283).

Ao menos retoricamente, Euclides se inclui num complexo perpassado de estranhezas, exteriorizadas naquela invenção que tomava por horrorosa, e, cada vez mais em sua escrita, figuradas no personagem que a liderava. Ou seja, identificava no Belo Monte do sertão males que entendia inerentes e transversais à sociedade brasileira. Expressava, a seu modo, que o monstro não o é por si só, pois que depende de seu referente – no caso, o povo brasileiro em suas mazelas que incluem a tal "religiosidade indefinível", expressa "em superstições estranhas" e, no sertão, assumia a conformação que em Os sertões nomearia "religião mestiça". Isso de alguma maneira poderia remeter ao *Das Unheimliche* de Freud. Nesta obra o pai da Psicanálise explora a afetação inquietante e perturbadora que se manifesta quando algo familiar se torna desconhecido e ameaçador. Freud investiga este fenômeno a partir da palavra alemã *unheimlich*, que pode ser

traduzida como "estranho" ou "sinistro", mas que, etimologicamente, se relaciona com o "heimlich" (familiar, íntimo). Assim, o estranho não é algo totalmente novo, mas algo que deveria permanecer oculto e retorna de forma inesperada; ao mesmo tempo oculto, o inquietante/monstruoso/estranho é também conhecido; subtraído do convívio e feito estranho, permanecendo longe dos olhos, distante, anômalo, é, no entanto, íntimo, familiar nos traços que o configuram.

Talvez este reconhecimento tácito por Euclides tenha podido proporcionar-lhe a contundente crítica à brutalidade do regime que perpetrou ao Belo Monte o massacre descrito na terceira parte do livro. Em "A luta", sessão mais longa e conhecida da obra, verdadeiro épico em prosa, Euclides acaba de alguma forma por deslocar o monstruoso, que antes pretendera isolar e concentrar no Conselheiro e em seu séquito, também para as fileiras que um dia ele trilhara entusiasticamente e das quais agora ele se queria ver ao menos um pouco distanciado: "A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada..." (Cunha, 2001, p. 617). Em outro lugar, ainda na Parte II: "tivemos um espanto comprometedor ante aquelas aberrações monstruosas [características, segundo o autor, do cotidiano de Belo Monte]; e, com arrojo digno das melhores causas, batemo-los a cargas de baionetas" (Cunha, 2001, p. 317).

Conclusão

Em Euclides a monstruosidade que estaria encarnada no líder de Belo Monte se espraia pelas páginas do livro para alcançar todo o povoado e, por contágio, aquelas forças avançadas que se lançaram ao combate contra ela e produziram a carnificina sem par nele descrita, num processo que foi adequadamente denominado "alter-egalização monstruosa" (Popoff, 2009, p. 147).

Mas as coisas, ao final, não resultam balanceadas: as responsabilidades causais pelos horrores, em última instância, estão sempre do lado de lá. O escritor se mostra herdeiro de um imaginário associado à Modernidade, com suas incursões colonialistas por todos os cantos do mundo, encontrando populações muito facilmente apresentadas com os contornos do monstruoso, que mesclava incômodos próprios a ela – a Modernidade – e outros que eram divisados naquelas naturezas selvagens e seus correspondentes habitantes:

> A monstruosidade concedida [por Euclides] a Antônio Conselheiro e aos seus seguidores é outra projeção em direção à alteridade para fazer de Canudos, possivelmente, a "pior coisa" [em referência a uma passagem de Hume] como fenômeno corruptível da melhor: a República incipiente que determinou a solução corretiva para a pressuposta alteridade sertaneja e, no fracasso desta, seu extermínio (Popoff, 2009, p. 147).

E ainda: a estigmatização do líder de Belo Monte se insere na longa tradição de caracterizar as expressões religiosas outras como heréticas, e é uma versão atualizada daquela que Euclides propusera nas reportagens, quando definia o outro (os jagunços) como fanático, demonizava-o (os defensores do povoado foram qualificados uma "legião de demônios") e determinava sua eliminação, exigida por uma "maldição tremenda dos profetas" que teria recaído ali. Assim, a aproximação entre o Conselheiro e Montano conveio aos propósitos do escritor, a despeito de seu caráter arbitrário e mesmo disparatado.

Euclides pôde ainda contar com outro dado: a geografia do monstro. Afinal, há séculos o demônio está no sertão. Frei Vicente do Salvador, autor seiscentista de uma história do Brasil até 1627, afirmava em seu tempo que o diabo, sem lugar na Europa medieval cristianizada, se instalou por aqui, fazendo com que o nome dessas terras não fosse aquele que mencionava o símbolo da salvação e sim um mais conveniente com sua nova morada. E, tendo os portugueses roubado a ele,

pela evangelização, as terras do litoral, contentando-se "de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos", coube-lhe preferencialmente o interior. Coube a Euclides precisar exatamente onde ele se encontrava. Assim, a atribuição da monstruosidade ao Conselheiro e a seu séquito e, por extensão, ao invento que concretizaram permite à República, ou seja, aos setores que empunhavam esta bandeira, fazer de Canudos a expressão do pior de si mesma, exteriorizá-lo, inviabilizá-lo e enfim destroçá-lo.

Constatar essa polarização permite entender como e por que Os sertões soou, e de alguma forma soa, como um exorcismo junto a amplos setores da sociedade brasileira: a exposição do Conselheiro como, afinal, um monstro, era funcional, ao afirmar tanto a inevitabilidade do desaparecimento de Belo Monte como a denúncia da brutalidade com que essa eliminação foi realizada. Euclides, mesmo sem o pretender ou confessar, encarna um projeto de país, de longa duração, em que o grande obstáculo, no fim das contas, é o povo que o constitui, em sua alegada ignorância e pendor à crendice. No tocante especificamente ao Belo Monte – e mais especificamente a seu líder – o monstro delineado pelo escritor é uma colagem amplificada, com algum ajuste aqui ou ali, do degenerado de Nina Rodrigues. Dissecar este encadeamento, identificando-lhe as bases, é fundamental para uma ressignificação do homem Antonio, conselheiro da gente sertaneja desamparada e, enfim, dizimada como obstáculo no caminho de um progresso sempre anunciado para um porvir sempre adiado. O desmonte do monstro tecido pela dupla Nina-Euclides, que caricaturou e desfigurou a liderança popular que foi Antonio Conselheiro, certamente permitirá divisar outras possibilidades de se pensar o Brasil, sua gente, suas invenções, seu caleidoscópio religioso. Mas este é tema para uma próxima oportunidade.

Referências

Antelo, R. A ficção do híbrido. Borges e a monstruosidade textual. *Gragoatá*, n. 10, p. 11-21, 2001.

Bosi, A. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Citelli, A. O. Um enclave perturbador (notas sobre espaço e religião em Os sertões e Os jagunços). *Revista USP*, n. 16, p. 122-133, 1993.

Cohen, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. *In*: Silva, T. T. (org.) *Pedagogia dos monstros*: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 23-60.

Cunha, E. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Cunha, E. *Os sertões*: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê; Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

Diana, M. H. N. *O demônio familiar*: pensamento social e psiquismo em Os Sertões. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Freud, S. O infamiliar e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Gehlen, S. C. *Antônio Conselheiro*: o entrelugar na materialidade discursiva. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

González Echevarría, R. *Mito y archivo*: una teoría de la narrativa latinoamericana. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

González Echevarría, R. *Monstros e arquivos*: textos críticos reunidos. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Hoornaert, E. *Os anjos de Canudos*: uma revisão histórica. Petrópolis: Vozes, 1997.

Lima, L. C. *Terra ignota*: a construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Popoff, M. L. C. *As perversões ficcionais da representação*: de Vaimaca Peru a António Conselheiro. 2009. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Rodrigues, N. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006.

Salvador, V. *História do Brasil* [1500-1627]. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

Sampaio, C. N. (org.) *Canudos*: cartas para o barão. São Paulo: Edusp, 1999.

Souza, L. M. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Vainfas, R. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Vasconcellos, P. L. Messianismo: problemas de um conceito. *In*: Aragão, G.; Cabral, N.; Valle, E. (org.). *Para onde vão os estudos da religião no Brasil?*. São Paulo: ANPTECRE, 2014. p. 121-138.

Vasconcellos, P. L. *O Belo Monte de Antonio Conselheiro*: uma invenção "biblada". Maceió: Edufal, 2015.

Vasconcellos, P. e Vasconcellos, T. M. *O laudo trincado e o resgate de um(a) cabeça*: o caso Antonio Conselheiro. Maceió: Edufal, 2023.